

Távola quer novo debate sobre o Conselho de Comunicação

22 JUN 1987

ANC p. 5.

FOLHA DE SÃO PAULO

Da Sucursal de Brasília

A proposta de criação de um Conselho Nacional de Comunicação, encarregado de julgar as concessões de emissores de rádio e TV, voltará a causar polêmica



na Comissão de Sistematização, depois de ter sido um dos principais fatores de impasse no Congresso constituinte nas duas fases anteriores, das subcomissões e comissões.

O deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), 49, centro-esquerda (segundo levantamento da Folha, publicado no caderno "Os Eleitos", em 19 de janeiro), que está prestando assessoria informal à Sistematização, defende a inclusão do Conselho no anteprojeto de Constituição a ser enviado ao plenário. O órgão serviria, segundo sua proposta, para indicar os candidatos a concessões de rádio e TV ao Congresso, que daria a decisão final sobre os pedidos. Atualmente, quem decide sobre as concessões é a Presidência da República.

A controvérsia sobre o Conselho vem desde o início dos trabalhos do Congresso constituinte. A idéia foi lançada pela relatora da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), 53, de esquerda. Pela sua proposta, o Conselho seria formado por representantes de sindicatos, entidades culturais, universidades e partidos políticos, entre outros, e teria poder para decidir sobre as concessões.

"Conservadores"

a tese foi derrotada na subcomissão. Voltou, porém, ao debate na Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação, onde foi apresentada pelo seu relator, Artur da Távola. Caiu novamente quando a maioria "conservadora" rejeitou, na íntegra, o anteprojeto de Artur da Távola. Os "progressistas" conseguiram, no entanto, através de man-

bras de obstrução, impedir que fosse aprovada qualquer outra proposta em lugar do texto rejeitado. Com isso, de acordo com o regimento interno, caberá à Comissão de Sistematização redigir o relatório sobre os assuntos que estiveram em debate na comissão.

Para surpresa dos "conservadores", o ponto de vista dos "progressistas" sobre o tema acabou sendo incluído no relatório de outra comissão, que, aparentemente, pouco teria a ver com o assunto. O relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egídio Ferreira Lima (do PMDB pernambucano, como Cristina Tavares), 57, de centro-esquerda, incluiu, entre as atribuições do Poder Legislativo, "conceder e renovar a concessão de emissores de rádio e televisão".

Pressões

Os "conservadores" acusam Egídio de ter inserido esse ponto durante a fase final da votação, sem submetê-lo ao debate na comissão. De qualquer modo, esta passa a ser a única posição sobre o assunto encaminhada à Sistematização e que fortalece as pressões dos "progressistas" em favor do Conselho.

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), 41, de centro, um dos relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização, disse que ouvirá a opinião de Artur da Távola e dos três relatores das subcomissões que compunham a Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação. Jobim descartou a possibilidade de consultar os parlamentares "conservadores" que combateram as posições de Távola e Cristina Tavares, "porque eles não votam na Sistematização".

Os "conservadores" que integram a Sistematização vão reagir, no plenário da comissão, para que as concessões fiquem sob a alçada do Executivo. Em caso de não serem bem-sucedidos, eles já se preparam para tentar um acordo em torno de uma proposta intermediária: a de que, pelo menos, a renovação das atuais concessões fique sob responsabilidade do Judiciário, em vez do Congresso Nacional.